

Crise impede votação do Plano de Ação e IPMF

A crise do governo chegou ao Congresso e paralisou a votação dos projetos do Plano de Ação e da Regulamentação do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF). Antes mesmo de se saber da demissão da ministra Erundina, os parlamentares iniciaram uma rebelião silenciosa que, com os mais variados pretextos, jogou a votação dos projetos para a próxima semana.



A reação do Congresso é explicada pelo líder do PPS na Câmara, Sérgio Arouca (PPS-RJ). "A Câmara quer saber para onde vai o governo. Não sabemos nem se o ministro da Fazenda será o mesmo na segunda-feira", critica Arouca. O deputado é relator do projeto que extingue o Inamps, e que também teve sua votação adiada. Ele acredita que, enquanto não houver uma definição sobre a linha de ação do governo, não haverá sequer a votação dos projetos consensuais, como o que cria a Secretaria Nacional de Entorpecentes. Em meio à crise, todos aproveitam para barganhar seus pleitos frente ao governo enfraquecido.

O gesto de oposição mais ruidoso foi do deputado Benito Gama (PFL-BA), que saiu da posição de aliado rotineiro e comandou a obstrução do IPMF até que o governo mude as regras de rolagem das dívidas dos municípios junto ao FGTS. Ele pediu vistas do processo para impedir a votação. "Enquanto o governo não resolver o problema do FGTS, não resolveremos o problema do governo", ameaçou Gama, acusando o ministro do Trabalho, Walter Barelly, de agir como "ministro dos sindicatos e da CUT". Não havia nenhum representante do governo na comissão para rebater as críticas.

O deputado afirma que "se o

ministro não quer negociar, vamos negociar com ele através da lei". O ministro informou que este assunto só pode ser decidido pelo Conselho Curador do FGTS, que se reunirá em junho. Mas Benito Gama não aceita a explicação: "Se ele não consegue convencer o conselho, onde o governo tem maioria, imagine eu na comissão, onde os membros são eleitos pelo povo".

Benito Gama quer agora convencer o deputado Luís Roberto Ponte (PMDB-RS) a incluir em seu relatório sobre o IPMF um artigo regulamentando a rolagem das dívidas do FGTS. O enxerto determinaria que o governo não poderia reter

mensalmente mais que 3% do Fundo de Participação dos Municípios como pagamento de dívidas do FGTS. Ele também exige um prazo de 90 dias para que os municípios identifiquem quais são os servidores beneficiários da dívida.

Benito Gama afirma que a situação política do governo mudou muito nos últimos seis meses. "Ele teve maioria de três quintos para aprovar a criação do IPMF em duas votações no Senado e duas na Câmara, mas hoje não consegue 252 deputados para regulamentar a lei".

A mudança também foi sentida

pelo deputado Aloísio Mercadante (PT-SP), que agora é contra o projeto. "Quando aprovamos o IPMF, o governo estava perdendo US\$ 7 bilhões de receita por ano. Agora a receita está melhorando". Além disso, da forma como está sendo regulamentado o imposto, seu pagamento incidirá principalmente sobre os trabalhadores e a classe média, alega Mercadante. O único ponto positivo do projeto, que seria a possibilidade de quebrar o sigilo bancário para combater a sonegação, deverá ser retirado do projeto, por pressão dos membros da Comissão de Finanças, liderados pelo deputado Roberto Magalhães (PFL-PE).